

HABEAS CORPUS Nº 540.315 - SP (2019/0312333-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : JEFERSON RUFINO
ADVOGADO : JEFERSON RUFINO - SP428128
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANO BONFIM (PRESO)
PACIENTE : FABIO JUNIOR BONFIM
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL GRAVE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE CONCRETA. ORDEM PÚBLICA. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP.

Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Luciano Bonfim** e **Fábio Junior Bonfim**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o HC n. 2154639-78.2019.8.26.0000 e o HC n. 2155531-84.2019.8.26.0000 (fls. 39/45 e 79/85, respectivamente).

Consta dos autos que os pacientes foram denunciados pela suposta prática do delito previsto no art. 129, § 1º, I e II, do Código Penal, e, após pedido do Ministério Público, tiveram a prisão preventiva decretada (Processo n. 0000926-50.2018.8.26.0648).

Afirma-se que, na origem, foram apresentados *habeas corpus* separados para cada um dos pacientes deste *writ*.

Sustenta-se, em síntese, a ausência de requisitos para a manutenção da custódia cautelar, refutando a alegação de que teriam fugido. Aduz-se que os pacientes apenas encontraram melhor oportunidade de trabalho em outra localidade.

Menciona-se, ainda, que *as provas dos autos até o momento são insuficientes para manter a prisão preventiva, restando favorecido os réus pela invencível dúvida em se acolher sua versão dos fatos, não infirmada por nenhum elemento no conjunto probatório* (fl. 6).

Requer-se, ao final, a revogação da prisão cautelar de Luciano e a concessão da ordem de *habeas corpus* preventivo em favor de Fábio.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 106/107).

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas (fls. 113/114).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 142/144).

Após consulta realizada no portal da Corte estadual na internet em 28/11/2019, foi possível observar que o processo se encontra em fase de alegações finais.

É o relatório.

Busca o impetrante a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente, ao argumento da ausência de fundamentação para tanto.

Inicialmente, cabe ressaltar que, na via do *habeas corpus*, não há como se discutir indícios de autoria, ou mesmo a sua negativa, bem como a ausência de provas, pois demandaria o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório que compõe o processo principal. O envolvimento ou não dos agentes no delito que lhe é imputado é matéria cuja análise é reservada à ação penal.

Eis os fundamentos do decreto preventivo (fls.30/31 – grifo nosso):

Trata-se de pedido do representante do Ministério Público para decretação da prisão preventiva dos acusados Fábio Júnior Bonfim e Luciano Bonfim visando a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal.

Conforme consta, os acusados foram denunciados por eventual prática do delito de lesão corporal dolosa, pois teriam, mediante agressões severas, como chutes, socos e pontapés, causado ferimentos graves na vítima Marco Aurélio da Silva. Consta, que eles teriam danificado a janela, arrombado a porta e ingressado no interior da casa da vítima para agredi-la. A vítima foi encaminhado ao HPA de Catanduva, sendo necessária a internação na UTI.

Após o oferecimento da denúncia, os acusados evadiram-se do distrito da culpa e se encontram em local incerto e não sabido, conforme certificado pelo Oficial de Justiça às fls. 130/131.

Pois bem. A prisão preventiva poderá ser decretada para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, a qual tem a finalidade de garantir que

o Estado possa aplicar eventual sanção cabível ao réu.

No caso dos autos, a partir de uma análise dos elementos coligidos em solo policial, estão presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, conforme se depreende das declarações da vítima e das testemunhas ouvidas (fls. 31/32, 40/42, 47/48) e há circunstâncias que emergem evidenciando a necessidade de uma custódia cautelar para garantir o sucesso do processo, já que, após os fatos, os acusados mudaram-se de endereço, sem comunicar a Autoridade Policial, estando em local incerto e não sabido.

Ressalte-se, que, muito embora a gravidade teórica do crime seja insuficiente para embasar o decreto de prisão, é certo que a gravidade concreta (ingressar no interior da casa da vítima para agredi-la), evidenciada pelas circunstâncias, basta para justificar a segregação cautelar, no resguardo da ordem pública, tornando irrelevantes eventuais primariedades e bons antecedentes, que são atributos esperados de qualquer cidadão. Precedente: TJSP - Habeas Corpus nº 0206071-54.2011.8.26.0000, 16ª Câmara Criminal, Rel. Des. Borges Pereira, em julgamento de 22/11/2011.

Ademais, vislumbra-se nos autos de que, se soltos, os réus poderão influenciar no depoimento de eventuais testemunhas e da própria vítima, prejudicando o êxito processual no sentido da busca pela verdade. Assim é que, por conveniência da instrução criminal, justifica-se, outrossim, a prisão preventiva.

Ao indeferir o pedido de revogação da custódia cautelar, o Magistrado primevo ressaltou que permanecia *inalterado o quadro fático-jurídico que determinou sua decretação* (fl. 32).

O Tribunal local, por sua vez, no HC n. 2154639-78.2019.8.26.000 (impetrado em favor de Fábio) e no HC n. 2155531-84.2019.8.26.0000 (impetrado em favor de Luciano), manteve as prisões preventivas dos acusados, asseverando que (fls. 39/45 e 79/80 – grifo nosso):

[...]

Segundo a acusação, Fábio e Luciano arrombaram a porta da residência do ofendido e o agrediram com socos e pontapés; em seguida, deixaram o local. M. A. da S. foi socorrido e encaminhado ao hospital onde permaneceu internado na UTI.

Ocorre que o paciente desapareceu após o encerramento da investigação policial, impedindo a citação para os termos da ação penal (cf. certidão do oficial de justiça, à fl. 130 processo nº 0000926-50.2018.8.26.0648).

No caso são significativos e relevantes os indícios do envolvimento do paciente na ocorrência criminosa, porquanto após o término das investigações, foi apontado como um dos autores do crime.

Faz-se, portanto, necessária a cautelar em função de determinados objetivos que se relacionam à garantia da ordem pública, à conveniência da instrução criminal e à efetiva aplicação da lei penal (CPP, artigo 312). Aliás, qualquer outra medida prevista no artigo 319 do CPP, eventualmente concedida, não atenderia às

finalidades daqueles objetivos.

E, nesse passo, observados os postulados trazidos pela Lei nº 12.403/2011, vê-se que o caso também se mostra enquadrado pelos artigos 282, § 6º, 283, caput, e 313, I, do CPP, não estando incluído na descrição do artigo 321 do CPP.

É certo que a prisão antes da sentença definitiva é medida de exceção, a ponto de impor ao Juiz fundamentar os motivos que levaram à custódia do agente. **Na hipótese em análise, a prisão decretada não se mostra ilegal ou arbitrária para justificar a concessão da ordem. A menção das favoráveis condições pessoais do paciente contrapõe-se à conduta imputada na denúncia em trâmite no Juízo a quo: sair de casa juntamente com comparsa e invadir a residência da vítima para ofender sua integridade corporal e causar-lhe lesão corporal de natureza grave.**

Não se olvide, por outro viés, que a decretação da prisão cautelar também não se mostra ilegal ou arbitrária para justificar a concessão da ordem porque razoavelmente fundamentada à luz das circunstâncias do caso concreto, em especial da necessidade de preservação da ordem pública, conveniência da instrução criminal e da garantia da efetiva aplicação da lei penal, pois acaso permanecesse livre [...] influenciaria direta ou indiretamente os depoimentos das testemunhas e declarações da vítima, conforme se observa na decisão que decretou a prisão preventiva [...].

Portanto, não há que se falar em afronta ao princípio da presunção de inocência, pois a decisão está em perfeita harmonia com o disposto nos artigos 5º, LXI; e 93, IX, da Constituição Federal.

[...]

Da leitura das peças que compõem estes autos, verifica-se que as prisões cautelares estão devidamente amparadas em elementos concretos para garantia da ordem pública, notadamente em razão da periculosidade dos agentes, revelado pelo *modus operandi* empregado (invadiram a residência da vítima, desferiram-lhe chutes, socos e pontapés, resultando em graves ferimentos que foram à causa de sua internação na UTI). Circunstâncias essas que conferem lastro de legitimidade à manutenção da medida extrema.

Além disso, o Juízo processante destacou a necessidade da custódia cautelar *para garantir o sucesso do processo, já que, após os fatos, os acusados mudaram-se de endereço, sem comunicar a Autoridade Policial, estando em local incerto e não sabido* (fl. 30).

Não é outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Durval tadeu Guimarães, para quem a *dinâmica delitiva ali reproduzida denota a elevada gravidade concreta do crime, de modo que a manutenção da custódia revela-se indispensável*

para a garantia da ordem pública (fls. 142/144).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento consolidado no sentido de que a periculosidade do agente, revelada pelo modo de agir, justifica a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (RHC n. 81.343/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 6/4/2017).

Ainda, nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. LESÃO CORPORAL PRATICADA EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA E *MODUS OPERANDI*. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. **A custódia cautelar foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, destacando-se a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, em razão do *modus operandi* do delito.** No caso, consta dos autos que o Recorrente, diante da negativa da vítima em reatar o relacionamento, teria ofendido sua integridade física, lesionando-a em diversas regiões do corpo.

2. Ademais, a prisão provisória também encontra-se justificada, ante o risco concreto de reiteração delitiva, considerando a existência de registros criminais em desfavor do ora Recorrente.

3. **A jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que "*a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva*"** (HC n. 150.906 AgR, Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 25/4/2018).

[...]

7. Recurso ordinário conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido.

(RHC n. 100.671/CE, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, julgado em 6/11/2018, DJe 23/11/2018 – grifo nosso)

Ademais, é consabido que eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantir a revogação da prisão preventiva. Há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia preventiva, não se mostrando suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Por fim, destaco que a alegação de que os acusados não se evadiram do distrito

Superior Tribunal de Justiça

da culpa não foi objeto de análise pelo Tribunal de Justiça. Assim, inviável o exame da tese por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Seja como for, a via eleita *não é a própria para analisar profundamente peças da ação penal e se chegar à conclusão de que não foram esgotados os meios possíveis de localização* (RHC n. 45.958/PB, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 12/3/2018).

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator